

**O trabalho de um Centro de Documentação: O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel****Beatriz Ana LONER\*****Lorena Almeida GILL\*\***

**Resumo:** O Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da Universidade Federal de Pelotas acumula as funções de preservar acervos, por meio de um centro especializado em documentação sobre temas vinculados à história social e regional e de um laboratório de pesquisa; além de prestar assessorias em áreas como guarda de acervos, história da região e técnicas de pesquisa. Dessa forma, constitui-se em um Centro de Documentação com rico e variado acervo, principalmente sobre a região sul. O NDH funciona há 23 anos, agregando vários pesquisadores, que contam com o auxílio de bolsistas e estagiários por eles orientados. Esta comunicação objetiva apresentar as principais documentações existentes no núcleo, especialmente aquelas vinculadas à história institucional dos trabalhadores, bem como potencialidades para o seu uso.

**Palavras chave:** Centros de Documentação. Acervos. História do Trabalho.

**The job of a Documentation Center: the Núcleo de Documentação Histórica da UFPel**

**Abstract:** The Núcleo de Documentação Histórica of Universidade Federal de Pelotas gathers the functions of preservation of archives, through a specialized center that works with documents about themes related to social and regional history and research laboratory, besides advising in fields such as archive keeping, history of the area, and research techniques. This way, it is a Documentation Center with rich and varied archives, mainly about the south region. NDH has been working for about 23 years, gathering several researchers, which count with the help of students with scholarships and interns oriented by them. The article intends to present the main documentation of NDH, specially the ones linked to the institutional history of workers, as well as analyze the potentialities of researches linked to it.

**Keywords:** Documentation Centers. Archives. Labour History.

---

\* Professora doutora Visitante - Departamento de História e do programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal de Santa Maria - Av. Roraima, 1000 (Cidade Universitária) prédio 74, 1º andar, CEP: 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: bialoner@yahoo.com.br

\*\* Professora doutora Associada - Departamento de História e Mestrado em História e de Sociologia - Instituto de Ciências Humanas - UFPel - Universidade Federal de Pelotas - Rua Cel. Alberto Rosa, 154, 1º andar, CEP: 96010-770, Pelotas, RS, Brasil. Atualmente é vice-diretora do Instituto de Ciências Humanas da UFPel. E-mail: lorenaalmeidagill@gmail.com

## Introdução

O Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPel) é um projeto de extensão permanente e está em atividade há mais de duas décadas, com o objetivo de preservar a história da Universidade, dos movimentos sociais e sindicais, além de partidos políticos da região sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Sendo uma entre as cinco universidades federais do Estado gaúcho, a UFPel foi criada em 1969, dentro da política de expansão e interiorização do ensino superior preconizada pelos governos militares (LONER, 1999) e voltou-se para o desenvolvimento da região sul do Estado, marcado pela agropecuária e rizicultura em grandes e médias propriedades, contando com regiões de pequena produção e minifúndios e com um desnível de renda considerável entre seus habitantes.

Com contrastes tão expressivos, a região sul, também chamada de pampa gaúcho, é configurada como uma área de desenvolvimento econômico deprimido, se comparado com o norte do Estado. Entretanto, é uma zona rica em história e tradições, bem como herdeira de traços culturais variados, explorados pelas universidades, casas de cultura e museus de que dispõe. A região de Pelotas, marcada pela origem na atividade saladeril, concentrou grande número de população afrodescendente e portuguesa, além de outros imigrantes europeus chegados ao final do século XIX.

Desde seu início, a UFPel se caracterizou pelo desenvolvimento das atividades de extensão, inicialmente na área das Ciências Agrárias, Medicina e Saúde, depois abrangendo toda a ampla gama das Ciências Humanas. Entre tais atividades, um dos mais antigos projetos ainda em funcionamento é o Núcleo de Documentação Histórica (NDH), fundado em março de 1990 e aprovado pelo Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPel (COCEPE), no dia 26 de abril de 1990, como órgão de extensão em caráter permanente. Inicialmente esteve vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e ao Instituto de Sociologia e Política, todavia, deste último, se desligou. Embora tenha sido criado como projeto de extensão, o NDH concentra muitas atividades de pesquisa, utilizando as próprias fontes ali depositadas, ou outras disponíveis, formando-se grupos de pesquisa diversos, coordenados pelos professores orientadores que trabalham no mesmo.

O NDH se constituiu, segundo o que Belloto (2004) considera, um 'Centro de Documentação', ou seja, um órgão dentro das universidades voltado à preservação de material histórico e instrumentos de trabalho conseguidos ou adquiridos com o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Segundo Camargo (1999), estes centros de documentação nasceram da necessidade dos pesquisadores da área de Humanas na preservação de documentos, em razão da carência de uma política abrangente do Estado

brasileiro a respeito da preservação de acervos. A enormidade do território, somado ao descaso dos órgãos competentes em cada nível da esfera governamental, fizeram com que muitos acervos importantíssimos, especialmente aqueles voltados para contar a história “dos excluídos” (HOBSBAWM, 1998) fossem negligenciados, muitos já tendo se corrompido ao longo do tempo. Os pesquisadores, ao irem em busca das fontes, se depararam, então, com a necessidade de eles próprios tomarem medidas para a preservação destes arquivos, parte da motivação que levou à criação destes órgãos de guarda de material documental (SILVA, 1999).

Um Centro de Documentação difere de um arquivo pelo caráter misto dos acervos ali depositados, dificilmente provenientes de uma única fonte emissora e também pela flexibilidade dos tipos de suporte da documentação, podendo aceitar desde imagens, cartazes, fotos e vídeos, até a documentação tradicional em suporte papel. É diverso também, de uma biblioteca, pelo fato de que revistas e livros disponíveis (às vezes até edições fotocopiadas ou escaneadas, no caso de livros mais raros) se encontram ali com o objetivo fundamental de auxiliar as atividades realizadas pelo próprio centro, subsidiariamente também sendo usadas para outras pesquisas, como de alunos e/ou outros interessados.

No caso do NDH, a maior parte de suas características o identifica como um Centro de Documentação, ainda que de origem diferente, pois nascido por vontade da própria Reitoria da época, desejosa de ter um local específico para a guarda e a preservação de sua própria história. Entretanto, sua evolução o levou a uma maior diversificação, pois combina um acervo variado, com arquivos específicos de fontes oficiais e documentos em formatos os mais díspares, como aqueles resultantes da gravação oral/filmada de história oral, palestras de professores e arquivos digitalizados de várias fontes. Por outro lado, se constitui num local de permanente atendimento ao público acadêmico e de agregação de docentes e discentes para finalidades de ensino, pesquisa e extensão.

O NDH mantém um importante acervo de livros e periódicos destinados à consulta e ao empréstimo, que servem de fonte bibliográfica às pesquisas de acadêmicos dos cursos de História, Geografia, Economia, Ciências Sociais, Antropologia e Arquitetura. Existem cerca de 400 monografias de conclusão de curso, 78 artigos finais de especialização, 1450 livros, 30 teses, 120 dissertações e 2300 unidades de revistas acadêmicas. Com isso, o acervo configura-se como valiosa fonte de pesquisa bibliográfica, utilizada principalmente por alunos e pesquisadores da história.

O núcleo conta com a participação de docentes do curso de História, vinculados, em sua maioria, à linha do Mestrado de Sociedade e Cultura, além de alunos que trabalham nos projetos orientados por esses professores, de forma voluntária ou com bolsas de iniciação científica da FAPERGS<sup>1</sup>, do CNPq<sup>2</sup> e de extensão da UFPel. Há um técnico-administrativo

encarregado do atendimento aos alunos, das demandas administrativas de projetos e também do apoio à organização de eventos. A reivindicação de um técnico historiador ou arquivista, encarregado do arranjo e preservação da documentação ainda não foi satisfeita pelos órgãos administrativos, de forma que a função é, hoje, assumida solidariamente pelos componentes do grupo, alunos e professores, frequentemente sob a forma de projetos de extensão ou aulas do curso de Bacharelado em História, para as quais o Núcleo serve como laboratório. Obviamente, não é a melhor solução, mas se luta, ainda, para conseguir novamente quadros administrativos que possam se responsabilizar pelo trabalho de classificação e gerenciamento do material acumulado, ao mesmo tempo que se procura negociar a mudança para instalações mais amplas e adequadas.

A seguir, a intenção é a de se detalhar os vários acervos depositados no núcleo.

### **1 Material de acervo em suporte papel**

Ao objetivo extensionista de depositário da história institucional da UFPel e dos movimentos sociais, logo foram acrescidas as funções de laboratório de pesquisa, ensino e também a guarda de vasto material vinculado à história do trabalho na região, com a incorporação de acervos sindicais: Associação dos Servidores da UFPel, Associação de Docentes da UFPel, Central Única dos Trabalhadores e sindicatos de categorias operárias; bem como referentes à história de movimentos, como do Movimento Sem Terra, movimentos de moradores de bairros e movimento estudantil (Diretório Central de Estudantes -DCE/UFPel – Grêmio Estudantil do CEFET/RS, Diretórios acadêmicos de várias unidades da UFPel), estes últimos em regime de comodato, ou seja, como tutela. Também agrega arquivo organizado do Partido dos Trabalhadores (PT) Pelotas e detém material referente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), além de acervos menores de outros partidos de esquerda, de época recente. Estes documentos são compostos de panfletos, discursos transcritos, material de congressos e eleitoral, além de jornais, boletins e relatórios diversos.

Em relação aos movimentos sociais e os sindicatos, há material sobre mobilizações, eleições e tendências internas, bem como sobre as principais campanhas, expressas por meio de panfletos, jornais e fotos de acontecimentos e mobilizações.

Neste acervo existem muitos jornais alternativos, especialmente do período da ditadura militar brasileira ou da redemocratização, como o *Pasquim*, *Movimento*, *Versus*, *Em Tempo*, *Perspectiva Socialista* e muitos outros, inclusive revistas de divulgação da política nacional mais recentes, como *Isto é*, *Veja*, *Caros Amigos*, *Piauí* e *Carta Capital*.

Há documentos sobre a história de Pelotas, constantes de álbuns, jornais e revistas, atas, mapas e livros, além do mais sobre a própria universidade, como atas, revistas,

fotografias e documentação variada. Ainda existem livros científicos e revistas de História, Sociologia e Antropologia, disponíveis para empréstimo.

### **A) Acervo da Delegacia Regional do Trabalho - RS**

O primeiro grande acervo incorporado ao Núcleo foi o da Delegacia Regional do Trabalho do Estado. Há pouco mais de 12 anos (2001), foi agregado aos acervos em suporte papel do NDH, o arquivo completo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), órgão regional do Ministério do Trabalho do Brasil, entre os anos de 1933 a 1968. O material encontrava-se, anteriormente, sob a guarda do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS e foi transferido para o Núcleo. A maior parte do acervo é constituída por formulários preenchidos no momento da solicitação da carteira do trabalho e que permaneciam arquivados na DRT, contendo informações acerca das características pessoais e profissionais dos trabalhadores do Estado. Sua metragem cúbica é de 13,25 metros de área, correspondendo a um espaço que abriga 627.213 fichas de dados e fotos individuais, distribuídas em 12.736 cadernos ou livros. De mais a mais, há documentos avulsos, como pedidos de benefícios, certificados de reservista, atestados de residência e fotos de pessoas ou atividades sindicais, somando outras 28.593 unidades. O material encontra-se dividido por anos e cidades. Muitas fichas apresentam sinais de deterioração, especialmente as mais antigas, então, concomitantemente à digitação dos dados, se está procedendo à limpeza, higienização e novo arranjo do acervo, com o objetivo de prorrogar sua durabilidade.

A documentação estava acondicionada em 1.053 caixas pequenas e 53 caixas grandes, contendo os cadernos e fichas dos formulários preenchidos em todo o Estado gaúcho, separadas por ano e por município. Desta forma, já estava em formato disponível para pesquisas cronológicas ou regionalizadas, como de fato aconteceu. Posteriormente, fez-se um projeto mais ambicioso de digitação de todo o acervo, formando o Banco de Dados da DRT-RS, que possibilitará análises posteriores, mediante a construção de tabelas e cruzamentos de dados quantitativos, capazes de suportar vários intercruzamentos e análises qualitativas e quantitativas para pesquisas científicas.

Este projeto começou sob supervisão da professora Beatriz Loner, em 2003 ainda como projeto de extensão e, em 2005, transformou-se em pesquisa sobre as primeiras décadas do acervo. Com isso, foi obtido um financiamento inicial que possibilitou a contratação de estagiários para digitação, o que, aliado ao trabalho de bolsistas e voluntários, proporcionou a limpeza e a reorganização dos documentos dentro das caixas, ao mesmo tempo que se iniciou a formação de um banco de dados digital. O trabalho é lento por causa da falta de financiamento necessário à digitação e da quantidade de dados a

serem digitados. Conquanto, inicialmente, se considerasse que, em poucos anos, se teria a maior parte dos dados digitados, não foi o que ocorreu, pois há procedimentos, como controle da digitação, treinamento dos digitadores e limpeza do material que são feitos ao mesmo tempo em que a pesquisa se desenvolve. Além disso, o objetivo é já começar a utilizar os dados em análises parciais, dessa forma, todo conjunto de bolsistas e professores também utiliza uma parte do tempo para observar dados referentes a um conjunto de trabalhadores, como mulheres, trabalhadores negros, jovens, mesmo para estes primeiros anos.

Este acervo é muito importante, pois, em poucos Estados se tem notícia da preservação destes dados, os quais cobrem a fase inicial da implantação de estrutura sindical Varguista, que não ocorreu de forma pacífica, tendo o governo que pressionar os trabalhadores para sua implementação. No que tange às carteiras de trabalho, eram feitas pelo Departamento Nacional do Trabalho, criado em fevereiro de 1931, pelo decreto 19.671, com a intenção de estabelecer parâmetros relativos à Previdência Social. A Carteira de Trabalho (CT) surgiu no ano seguinte, juntamente com várias outras regulamentações, as quais visavam regular a jornada de trabalho de algumas categorias (comerciários e industriários) ou coibir abusos ao trabalho feminino e infantil (LONER; BEM; KOSCHIER, 2007).

O decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, regulamentou a Carteira de Trabalho, inicialmente colocando-a como opcional, mas o decreto nº 22.035, de 29 de outubro do mesmo ano, transformou-a rapidamente em documento imprescindível, já que, sem ela, nenhum dos novos direitos seria obtido pelos trabalhadores. O artigo 12 estabelecia a validade como documento de identidade e o 13 transformava a CT em prova comprobatória, em caso de conflitos entre patrões e trabalhadores. O artigo 25 condicionava a possibilidade de reclamações de empregados perante o Ministério do Trabalho e seus órgãos, à exigência da carteira pelo reclamante. Sob outra perspectiva, em 1934 (decreto nº 24.694), este documento passou a ser exigido para a sindicalização do trabalhador e, por sua vez, o governo terminou impondo que só teria direitos a lei de férias e aposentadoria, o trabalhador que possuísse a CT e fosse sindicalizado.

Por conseguinte, depois de um lento início nos anos de 1930<sup>3</sup>, a procura pela carteira profissional sofreu um incremento contínuo, a ponto de ser, hoje em dia, uma das primeiras providências tomadas pelo trabalhador que busca emprego estável.

Contudo, a importância do acervo está longe de ser reconhecida. Até hoje, só foi obtido um apoio financeiro (além de bolsas de iniciação científica para alunos) e este veio por meio do convênio *Memória do Trabalho*, do Ministério do Trabalho com a Fundação Getúlio Vargas. Com este aporte, foi possível criar um Banco de Dados desenvolvido especialmente para este material, mas qualquer outra tentativa posterior, junto aos órgãos

financiadores, esbarrou na incompreensão de que dados quantitativos só podem ser trabalhados depois da sua digitação e, assim, os projetos passaram a ser devolvidos sob a alegação de que não se constituíam em projetos de pesquisa e sim de extensão, mesmo que, ao lado da digitação de parcela do acervo, houvesse objetivos que só poderiam ser satisfeitos com a análise dos dados digitados. Nos últimos anos, surgiram novas possibilidades de financiamento, dedicados especificamente a acervos, e houve duas novas tentativas, falhas também, pois a ambivalência do projeto, entre extensão e pesquisa permanece e, frequentemente os editais que se destinam à extensão e cultura elegem outras prioridades, como museus e recuperação de acervos e/ou bibliotecas. Enfim, o trabalho continua, mas levado dentro dos limites das possibilidades dos bolsistas de iniciação científica e professores envolvidos e, frequentemente, com o uso de equipamentos obtidos para outros projetos.

O Banco de Dados Digital criado, na verdade, é amplo e detalhado, capaz de acondicionar todos os milhares de itens a serem digitalizados, com interface digitável de até 50 campos, bem como se constitui numa ferramenta sofisticada o suficiente para permitir o cruzamento das informações entre si, facilitando a tarefa de análise dos dados. O Banco está sendo alimentado continuamente, pois a digitação prossegue, agora em projetos sob a coordenação do professor Aristeu Machado Lopes, em virtude da aposentadoria da coordenadora anterior.

## **B) O acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas**

O segundo grande acervo incorporado ao NDH é aquele com os processos trabalhistas<sup>4</sup> da cidade de Pelotas e região, documentação da 4ª Região da Justiça do Trabalho, num total de mais de 100 mil processos, os quais iniciam no ano de 1936, seguindo até o ano de 2000. Os anos mais recentes também estariam à disposição do NDH, mas não há mais espaço útil para armazenamento. Estes processos, que expõem conflitos entre empregados e seus patrões, são de grande importância para o estudo do trabalhador comum e suas relações com os poderes constituídos, além das alterações no mundo do trabalho. Este é o acervo mais completo de que se tem notícia para uma região do Estado e, talvez, também no próprio país. Isso porque seus primeiros processos remontam à criação da Justiça do Trabalho na cidade e não sofrem solução de continuidade nem perda de nenhum documento até o ano de 2000. Dito em outras palavras, trata-se de toda a coleção de processos trabalhistas da região que está preservada e em condições de consulta aos interessados, o que difere sobremodo de outras cidades do próprio Estado, nas quais o material já foi eliminado, ou, sob o qual pesa a ameaça de guarda apenas parcial de processos, algumas delas, infelizmente já postas em prática em razão da alegada

incapacidade de guarda de todos os processos por demais volumosos. Em alguns casos, os processos estão sendo microfilmados ou digitalizados, mas mesmo assim continua havendo uma forte tendência para que isso seja feito não para o total dos documentos, mas apenas de forma seletiva. Essa situação é legal, pois a eliminação dos autos findos está amparada na lei nº 7.627, de 10 de novembro de 1987, a qual dispõe sobre o assunto, seja por meio de sua incineração ou por picoteamento.

Os próprios arquivos mais antigos de Porto Alegre já foram submetidos ao processo de destruição, bem como grande parte daqueles de outras cidades da região metropolitana. Em Santa Maria, ainda foram preservados, mas seu acervo não tem a precocidade daquele de Pelotas, por ter a Justiça do Trabalho regional começado seu trabalho, naquela cidade, mais tarde.

No caso particular de Pelotas, a medida não havia ainda sido implementada por problemas diversos. Então, por meio de uma ação mediada pelo Memorial da Justiça do Trabalho do Estado de Porto Alegre, foi possível receber este material com a finalidade de salvaguarda. A própria Justiça compôs prateleiras e entregou a documentação já organizada e com instrumento de busca informatizado, cabendo apenas a sua guarda ao Núcleo, bem como disponibilizá-lo para consultas de pesquisadores.

Inicialmente, tinha-se tratado dos processos até o ano de 1991, mas este prazo foi ampliado para o ano de 2000, e os processos findos depois desta data estão sendo enviados para Porto Alegre, passando a compor o acervo estadual do próprio Tribunal. Em termos de metragem, a documentação ocupa uma área aproximada de 34,86 metros cúbicos e conta com, aproximadamente, 100 mil processos.

Estes processos chegaram a partir do segundo semestre de 2006, e sabe-se que é lento o processo de incorporação de novos acervos pelos estudiosos, mas o que se pode asseverar é que o material agora está preservado e à disposição dos pesquisadores, sem correr maiores riscos do que aqueles advindos do próprio passar do tempo sobre o suporte papel.

Há quatro anos começou um projeto de pesquisa, intitulado “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”, o qual trabalha com duas metodologias principais: a pesquisa documental (quali e quantitativa) e a história oral. Por intermédio do projeto, está sendo feita a catalogação de dados de cada processo judicial, ao mesmo tempo que se higieniza o material. A análise qualitativa se dá mediante uma leitura dos processos e da elaboração de um resumo que contém: número do processo, ano da reclamação, requerente, endereço do requerente, remuneração declarada, motivo da ação, empresa reclamada, período de duração, anexos relevantes no processo e observações pertinentes. Nas observações constam os documentos anexos aos autos, como telegramas, atestados médicos, notícias de jornais do período que, muitas vezes,

eram utilizados como provas nas audiências e para os pesquisadores, por se constituírem em fontes complementares.

A segunda etapa é quantitativa. Com a intenção de sintetizar os dados, são anotados o número do processo, ano da demanda, estado civil do requerente, advogados de ambas as partes, sexo do requerente, nacionalidade, conclusão (improcedente, procedente, procedente em parte, arquivado ou acordo), período de duração, se a ação era plúrima ou individual, se o requerente recebeu ou não o benefício da justiça gratuita, a qual sindicato pertencia. Após o término da pesquisa, o objetivo é disponibilizar as informações no *site* do NDH, visando facilitar o trabalho de pesquisadores da área.

Ao mesmo tempo, alguns processos individuais ou que envolvem algumas categorias, já chamaram a atenção dos alunos participantes ou de mestrandos das áreas de Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas, que tomaram estes como objeto particular de estudo para a realização de seus trabalhos de final de curso ou dissertações, havendo, portanto, monografias interessantes feitas com base em processos trabalhistas, por exemplo, com estivadores, alfaiates, relojoeiros e trabalhadores adoentados.

Em termos gerais, e para os primeiros anos de funcionamento da Justiça do Trabalho, foi possível avaliar que os pedidos de indenização eram os mais frequentes. Na maioria dos casos, o requerente ganhou a ação, embora o empregador buscasse desqualificar o seu discurso. Uma prática bastante presente – e que foi objeto de grande quantidade de processos – foi a iniciativa do empregador de alterar a categoria do empregado, fazendo-o passar de mensalista à diarista, ocasionando, com isso, a perda de diversos direitos, dentre eles o descanso semanal.

Atualmente, o grupo que se dedica ao trabalho chegou ao processo de número 1.500. No momento, entretanto, em que se havia analisado os primeiros mil processos, verificou-se que as mulheres representavam 15% das demandantes, sendo que, na maioria dos casos em que estiveram envolvidas, o processo foi julgado improcedente ou arquivado, o que difere dos pedidos encabeçados por homens, nos quais, na maioria das vezes, foi realizado acordo.

Espera-se que as demandas de mulheres sejam ampliadas para anos mais recentes, com uma maior abertura da sociedade para a sua participação no mercado de trabalho.

Após a implementação da Consolidação das Leis Trabalhistas (1943), as demandas aumentaram consideravelmente. Como exemplo, se tem o caso da Companhia Fiação e Tecidos, empresa inaugurada em 1908, cujas primeiras reclamações iniciam em 1944, mantendo-se constante até a data de sua falência, ou seja, o ano de 1974. A Companhia Fiação e Tecidos, juntamente com o Frigorífico Anglo, a Companhia Nacional de Óleos de Linhaça e a The Riograndense Light and Power eram as empresas mais demandadas pelos trabalhadores.

A maior quantidade dos processos tem por requerente os trabalhadores, sendo estes geralmente operários de diversas fábricas da cidade. Muitas vezes, não foi mencionada sua função ou setor de trabalho. Entre os operários que requeriam, a maioria tinha postos menos remunerados, mas há alguns casos de chefes e subchefes. A maior parte dos reclamantes era composta de operários brasileiros, entretanto, havia casos de estrangeiros, especialmente alemães, italianos e portugueses, algumas das etnias preponderantes na cidade de Pelotas. Nas poucas situações em que a empresa entrava na justiça era para demitir algum operário, por justa causa.

As demandas mais frequentes dos trabalhadores, para o período analisado, eram pedidos de indenização por demissão sem justa causa; pagamento de aviso prévio e reintegração. Muitos eram solicitados na mesma reclamatória. Há ainda demandas como: licença-maternidade, auxílio-doença, pagamento do mínimo legal, pedidos para voltar a exercer sua tarefa, em função de remanejamentos, férias, pagamento de horas extras, descanso semanal, salários atrasados. Alguns processos duravam cerca de 5 (cinco) anos, outros eram sentenciados no mesmo mês de sua entrada.

Os resultados positivos do incremento do conhecimento histórico com a utilização deste material trazem a preocupação com a situação do restante do acervo da Justiça do Trabalho, pois, apesar de variadas diligências dos historiadores e seus órgãos representativos, os resultados de preservação integral destes acervos é tarefa difícil. Com isso, se destrói, futuramente, a possibilidade de inventariar, por décadas, categorias ou ramos de empresas, quais os principais problemas trabalhistas do setor, quais os motivos que levam os trabalhadores a buscar o apoio da justiça do trabalho e, até, quais os resultados conseguidos, de acordo com a conjuntura política e econômica do país, ficando talvez, apenas com processos “ilustrativos”, mais próprios para museus do que para arquivos de pesquisa contínua.

Com a incorporação do acervo do Poder Judiciário Trabalhista, o Núcleo passou a se constituir como fonte exclusiva para pesquisas que demandem o judiciário trabalhista na região, o que, diante do panorama nacional citado anteriormente, é um alívio, permitindo, para o futuro, que se tenha o contexto exato da implantação dos órgãos trabalhistas na região e as principais demandas dos trabalhadores, bem como acesso a algumas das táticas e subterfúgios principais dos empresários no confronto com as leis e também no tratamento com seus empregados.

Assim, com estas duas documentações únicas (DRT e Justiça do Trabalho), as quais permitem tanto uma exploração quantitativa como qualitativa, o NDH se tornou importantíssimo apoio para a pesquisa nas áreas de História, Sociologia e Antropologia para o Estado gaúcho.

### **C) Outras formas de preservação de acervos e documentação**

#### **Acervos digitais e de imagens**

Os acervos digitais, guardados em computadores e disponíveis em grau restrito ou irrestrito, constituem um formato de arquivos que tende a se desenvolver cada vez mais fortemente dentro das universidades, com a acelerada facilidade proporcionada pelos meios informatizados. Tenderá, portanto, a se constituir em parte cada vez mais ampliada dos acervos com que hoje se trabalha e pesquisa. Atualmente, tem-se sítio do núcleo, no endereço: [www.ufpel.edu.br/ich/ndh](http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh), no qual se encontram artigos dos professores, os números completos da revista publicada pelo núcleo (*História em Revista*), além de documentação e trabalhos dos discentes do Curso de História da UFPel.

No caso de alguns destes acervos – e quando não há direitos autorais ainda em vigor, pode-se disponibilizá-los também em forma digital, individualizada, como foi feito com um importante acervo, os documentos da Igreja Positivista do Brasil sobre saúde, os quais foram reunidos em CD sob a edição dos pesquisadores do núcleo, Paulo Pezat e Lorena Almeida Gill, vindo à luz no ano de 2008, pela Editora da UFPel.

Fotografias, vídeos sobre movimentos sociais, palestras e/ou mesas redondas também estão arquivados e disponíveis para consulta de interessados. Da mesma forma, é frequente que projetos de pesquisa, vinculados ao Núcleo, terminem produzindo, por si só, documentos, como acontece com a acumulação de fotografias, o escaneamento de livros de atas, ofícios, ou mesmo vídeos-amadores da década de 1980 e 1990. Nestes casos, este tipo de documentação é válido apenas para pesquisa, sendo armazenado em CD, ou nos próprios computadores do NDH e à disposição para consulta.

Os projetos de pesquisa também terminaram acumulando um bom número de entrevistas e histórias de vida, com o que se constituiu um Laboratório de História Oral (LaHO), a partir de 2010, no qual estão depositadas mais de 120 entrevistas transcritas e com originais gravados ou filmados, sobre temas tão diferenciados quanto assentados do MST, lideranças políticas, intelectuais, sócios de clubes carnavalescos negros, radialistas, dirigentes da UFPel, minorias étnicas da cidade e trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer. Este acervo é submetido às técnicas de acondicionamento e arquivamento de entrevistas orais e fica à disposição para pesquisas dos interessados. Por outro lado, este laboratório tem projetos próprios, dedicando-se, em alguns deles, apenas à realização das entrevistas, ficando estas depositadas e disponíveis para futura consulta, formando uma espécie de “banco de histórias” (MEIHY; HOLANDA, 2007). O LaHO é o único laboratório desse tipo na UFPel, embora várias outras disciplinas, como a Sociologia, Psicologia, Antropologia, Educação Física, também se utilizem largamente dessa metodologia.

O LaHO possui espaço para a realização de estágios, especialmente de alunos do Bacharelado de História, que aprendem sobre a utilização do método e se apropriam de discussões relacionadas à memória e à identidade.

No que diz respeito ao tratamento das entrevistas, o arranjo está sendo feito tendo como modelo a proposta arquivística de Belloto (2004). Os fundos são dois: os vinculados aos projetos que têm como metodologia a História Oral Temática e aqueles que se aproximam da História de Vida. As séries são os projetos desenvolvidos, os quais abarcam preocupações variadas, como a memória da imigração, cotidiano e formas de lazer, histórias de adoentados e curadores, ofícios em extinção, entre outros. As subséries estão divididas entre os narradores e, para facilitar o acesso, suas fichas estão identificadas pelo seu sobrenome e nome.

## **2 Prestação de serviços à comunidade**

O Núcleo de Documentação Histórica, em seus 23 anos de existência, já prestou serviços de assessoria, montagem e organização de eventos, limpeza e reorganização de acervos, bem como treinamento em técnicas de preservação e acondicionamento de arquivos e material em suporte papel; além de treinamento na utilização da metodologia de história oral, para variada clientela, sobretudo mediante contatos prévios ou acordos de cooperação.

Também existem promoções anuais de encontros, jornadas, simpósios sobre temas e assuntos de escolha dos pesquisadores envolvidos, com fundamento em nossas próprias preocupações de pesquisa, ou com as associações e grupos em que seus docentes estão envolvidos. Dessa forma, nos últimos anos, foram realizados seminários e encontros em conjunto com a sociedade, como o VI Encontro da Regional Sul de História Oral (2011) e o I Encontro Internacional Fronteiras e Identidades (2012). Recentemente, foram organizadas as VII Jornadas do GT Mundos do Trabalho, intitulada os 70 anos da CLT, as quais reuniram grandes especialistas na área.

Palestras em escolas e associações, participações em mesas redondas e outras formas de contato com a comunidade externa, são tarefas rotineiramente levadas a cabo pelos pesquisadores e também por nossos bolsistas e monitores.

Outra forma muito utilizada de contato com a comunidade externa é por meio de projetos de extensão, particularmente de coordenação de equipes ou assessoria profissional na triagem, organização, higienização e classificação de acervos especializados, dos quais se pode citar o Arquivo Histórico da Biblioteca Pública; o arquivo da Câmara Municipal, feito em duas fases, de 1832 a 1930, pela professora Cláudia Mauch, e de 1930 a 1980, na segunda fase, sob a supervisão inicial do professor Paulo Pezat. De mais a mais, a

organização do acervo em suporte papel do clube carnavalesco Fica Aí para ir dizendo foi outra obra do NDH, a qual possibilitou a preservação de livros de atas, fichas de sócios e outras formas de comunicação externa deste importante clube urbano negro pelotense.

### **3 A produção do saber**

É no NDH que professores e alunos desenvolvem projetos de forma contínua e em conjunto. Várias pesquisas já foram realizadas, como uma sobre a história da UFPel, depois incorporada a um livro comemorativo. O controvertido tema da reforma agrária foi abordado em pesquisa versando sobre as experiências dos colonos do assentamento da Fazenda da Palma, em inícios da década de 1990. Já no século XXI, participou-se de relatório, tendo em vista a identificação de comunidade remanescente de quilombo, constando de camponeses negros com vinculação étnica e campesina marcada, na serra dos Tapes, município vizinho a Pelotas, por meio de trabalho da professora Beatriz Loner.

Muitos dos professores participaram ou participam do trabalho sobre etnias, como judeus e negros, em especial estes últimos, objetos de pesquisa sobre clubes negros em Pelotas, que teve financiamento do CNPq.

Outro projeto que envolveu praticamente toda a equipe docente e discente do núcleo foi a elaboração do Dicionário de História de Pelotas, publicado em 2010, também com o auxílio de diversos especialistas. O livro foi reeditado em 2012.

Pesquisas na área da Saúde, do movimento dos trabalhadores, de acervos positivistas e sobre a escravidão são costumeiros entre os docentes, pois fazem parte das áreas de suas especializações e seus resultados são divulgados por meio de artigos e livros científicos. A criação do Mestrado em História permitiu dar continuidade à formação dos discentes em nível de pós-graduação.

Além disso, vários projetos de história oral contribuíram para a produção do conhecimento histórico. O principal, até agora executado, é sobre as memórias de trabalhadores com ofícios em vias de extinção, que combina entrevistas orais com a coleta de dados em documentação escrita, especialmente em relação com a Justiça do Trabalho, a qual também é consultada para se investigar o conjunto dos processos trabalhistas vinculados a determinado ofício. Realizado pelos alunos bolsistas sob supervisão, este projeto é importante por permitir formar os discentes em todas as etapas da pesquisa, desde a busca de documentação nos processos trabalhistas, até a realização da entrevista, sua gravação e edição, bem como a análise e parte da redação das comunicações a serem feitas, com o objetivo de publicizar o trabalho.

Também no campo da extensão, cabe lembrar os muitos seminários, colóquios, encontros e exposições desenvolvidos a partir do NDH, os quais sempre contaram com o

apoio fundamental dos discentes. Três deles merecem uma atenção especial pela sua amplitude e significado: quando dos 15 anos do NDH, a sua equipe organizou uma Jornada de Estudos que trouxe a Pelotas pesquisadores de várias partes do Rio Grande do Sul, bem como de São Paulo e Bahia para palestras e conferências. Concomitante à Jornada, realizou-se uma exposição de parte do acervo sob a guarda do Núcleo, aberta à comunidade e que, em duas semanas, contou com a visita de mais de 500 pessoas, em visitas orientadas de escolas de ensino fundamental e médio da cidade. Por fim, foi feita uma exposição em forma de banners, a fim de levar a escolas públicas e particulares da cidade o resultado da Pesquisa “Clubes Carnavalescos Negros em Pelotas”, mostrando à comunidade escolar a importância das organizações étnicas negras para a formação sociocultural de nossa região.

Cabe salientar que todos os projetos de ensino, pesquisa e extensão abrigados pelo NDH contam com colaboração de bolsistas, estagiários e voluntários, sem os quais os mesmos seriam inviáveis. Essa troca de conhecimentos proporcionou e continua proporcionando um crescimento considerável do corpo discente de nosso curso, que pode ser apreciado pela boa quantidade de acadêmicos que, depois de formados, continuaram seus estudos na pós-graduação. Com relação às entidades com as quais se mantém convênio ou auxílio em projetos diversos, estes se solidificaram, mantendo-se por vários anos.

Por todas estas tarefas realizadas a serviço da área de Ciências Humanas, entende-se que as funções do NDH vão além das esperadas de um Centro de Documentação, modelo inicial de agregação que conformou seu aparecimento. Combinou-se, de forma inteligente a extensão, com o atendimento diário aos alunos e pesquisadores; e também em relação a instituições da comunidade, com a pesquisa científica na área de História e o treinamento aos alunos, viabilizado mediante a participação nas atividades de pesquisa e extensão, bem como nas práticas de sala de aula, como laboratório de experimentação de práticas de trabalho direto com acervos, em aulas do Bacharelado em História da instituição.

### **Considerações**

Uma das tarefas mais difíceis dentro da Universidade é aliar o trabalho entre ensino, pesquisa e extensão. Ainda que seja apregoada a indissociabilidade entre essas três esferas, exemplos concretos não são muitos.

O NDH/UFPel tem 23 anos de atividade e uma de suas marcas é justamente atuar em projetos que tenham como premissa cruzar diferentes experiências. Além de um centro de documentação, portanto, tem se constituído em um espaço que propicia práticas no campo da História.

Embora o NDH seja composto por várias coleções importantes, os acervos da DRT e da JT são aqueles que possuem maior procura, não só pela comunidade acadêmica, como pela comunidade em geral. No caso da JT, os processos, além do valor histórico, possuem valor jurídico, ao servirem de prova para pedidos de aposentadoria.

As pesquisas envolvendo acervos produzidos a partir da legislação Varguista estão iniciando e despertando o interesse de muitos pesquisadores, começando a ganhar fôlego nos meios acadêmicos, quase que numa tentativa de aproveitar aquilo que foi produzido de fontes, desde a década de 1930 e que, de alguma forma, escapou da destruição ou da indiferença do Estado com seus próprios acervos. Desta forma, pretende-se investir na preservação deste tipo de acervos, para os quais, entretanto, o NDH necessita de maior espaço físico e infraestrutura, a qual já está sendo gerenciada junto à reitoria da UFPel. Por outro lado, também é intenção dos administradores e pesquisadores vinculados ao Núcleo agregar novas coleções, especialmente aquelas relacionadas ao mundo do trabalho.

**Recebido em 3/8/2013**

**Aprovado em 9/9/2013**

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>3</sup> Para maiores informações ver: BIAVASCHI, 2007.

<sup>4</sup> Há vários trabalhos sobre a temática como Biavaschi (2007), Fernando Teixeira da Silva (2007), Gomes (2006), entre outros.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa *Arquivos permanentes*. Tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BIAVASCHI, Magda Barros. *O direito do trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: Ltr/Associação Luso-brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

CAMARGO, Célia. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999, p.49-63.

GOMES, Angela de Castro. Retrato Falado: a Justiça do Trabalho na visão de seus magistrados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 55-80, jan./jun., 2006.

HOBBSAWM, Eric *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

---

LONER, Beatriz. UFPel: um breve histórico. In: MAGALHÃES, Mario. *UFPel, 30 anos*. Pelotas: Ed.UFPel, 1999, p. 29-45.

LONER, Beatriz; KOSCHIER, Paulo e BEM, Emmanuel. *Perfil dos trabalhadores gaúchos: 1933-1939*. Comunicação apresentada ao GT 21: Sindicatos, trabalhadores e ações coletivas, no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Recife, de 29 de maio a 1º de junho de 2007. Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=151&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=151&Itemid=171)> Acesso: 12 jun. 2008.

MEIHY, José; HOLANDA, Janaína. *História Oral*. Como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira. Nem Crematório nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da justiça do trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; MIRANDA, Maria Guilhermina; LÜBBE, Anita (Coord.). *Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão*. São Paulo: LTr, 2007. p. 31-51.

SILVA, Zélia Lopes da. Centro de documentação e apoio a pesquisa, um centro de “memória” local? In: \_\_\_\_\_ (Org). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 85-95.